

MÓDULO 5

Conteúdo do 2º bimestre – PROVA NP-2

5 - A diversidade cultural: relações étnico-raciais.

Bibliografia básica:

Relações étnico-culturais. "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana." Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. MEC, Brasília: 2004. Texto disponível eletronicamente no endereço, http://www.espacoacademico.com.br/040/40pc_diretriz.htm

Textos complementares:

BOAS, Franz. "Raça e Progresso", in CASTRO, C. (org.) FRANZ BOAS – Antropologia Cultural, Jorge Zahar, 2004, PP. 67-86.

MINER, Horace. *Ritos Corporais entre os Nacirema*, disponível na Web, <http://www.aguaforte.com/antropologia/nacirema.htm>

"Os métodos da etnologia", in CASTRO, Celso (org.) Franz BOAS - ANTROPOLOGIA CULTURAL, Jorge Zahar, 2004.

Objetivos: neste item o aluno deve ser capaz de considerar a identidade como um processo de construção cultural e o contato com a diferença como características da condição contemporânea. Refletir sobre o papel das tradições e das mudanças culturais em diversas situações e contextos.

* Sugestão de endereços da Internet sobre os temas deste conteúdo:

- Para conhecer sobre a diversidade de etnias indígenas no Brasil: Instituto Sócio Ambiental, <http://www.socioambiental.org/>, especialmente o link "Povos indígenas do Brasil".

- Comunidade virtual de Antropologia, especialmente o link para a Revista "Sexta-Feira", <http://www.antropologia.com.br>

- o texto "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" está disponível eletronicamente no seguinte endereço: http://www.espacoacademico.com.br/040/40pc_diretriz.htm

- Sobre a educação no contexto das relações étnico-culturais:
PINTO, Regina Pahim. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 108, Nov. 1999 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000300009&lng=en&nrm=iso>

Desenvolvimento do item 5 –

- Definição de relações étnicas:

As relações étnico-culturais são todas as situações nas quais diferentes culturas/etnias são colocadas em contato por qualquer razão, e supõe que dois ou mais povos que representam suas etnias mantenham por tempo indeterminado alguma forma de convivência.

Esse contato normalmente é motivado por deslocamento de grupos de pessoas de uma etnia para outro(s) lugar(es), onde encontra-se outro grupo étnico. Os motivos podem ser variados, como a intenção de ocupação de território, atividades comerciais, exploratórias, de relação de troca, do estabelecimento de vínculos de parceria ou amizade, procura de condições de vida diferentes e oportunidades, diáspora (que é a dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica) ou mesmo de guerras.

Relativismo cultural e etnocentrismo são formas das pessoas ou sociedades inteiras reagirem ao contato com um grupo culturalmente diferente.

Assim dizemos que para haver relativismo ou etnocentrismo deve-se supor a presença da DIFERENÇA. A presença de um "outro" em relação ao que se reconhecemos como "nós".

Esse "outro" que aparece nas frases acima, pode estar ao nosso lado, não precisa ser alguém de uma cultura distante fisicamente.

Atualmente o mundo todo reflete de uma forma mais intensa sobre o convívio entre as diferentes culturas/etnias.

Que tal pontuar algumas questões e situações do mundo atual nas quais as relações étnico-culturais estão no centro dos debates e suscitam a reflexão? São questões que trazem à tona o relativismo cultural e o etnocentrismo, além de boas doses de ética, justiça e novos parâmetros para as relações humanas.

Essas questões / situações seriam:

--	--

- Qual é a realidade dos povos indígenas que convivem com a nossa sociedade nacional aqui no Brasil? E quais são suas reivindicações?



- Qual é a importância da eleição de Barack Hussein Obama como Presidente dos Estados Unidos da América?



- Como resolver os conflitos entre Israel e a Palestina?



- Quais são os principais argumentos a favor e contra a política de cotas para afro-descendentes ingressarem nas universidades públicas brasileiras?



- Como e por que é exercido o preconceito contra nordestinos nas regiões sul e sudeste do Brasil?



As respostas a essas questões não possuem um consenso, são polêmicas sociais. Elas dependem em grande parte da posição e da capacidade de imparcialidade de quem as responde. De qualquer forma, pode-se caracterizar certas respostas como resultado de atitudes etnocêntricas ou relativistas.

Dependendo da perspectiva a partir da qual se avalia essas questões, podemos obter respostas muito desencontradas.

Em um mundo globalizado, onde o contato entre as diferentes culturas e povos é cada vez mais intenso e necessário, existe uma preocupação geral e a tendência a considerar reprováveis as atitudes que resultem em discriminação, preconceito, exclusão ou práticas moralmente/fisicamente agressivas. A garantia dos direitos humanos e as lutas pelo tratamento igualitário entre os povos têm trazido à tona importantes discussões sobre as relações étnico-culturais.

O que nos leva de volta ao conceito de CULTURA.

Cada cultura desenvolve um sistema simbólico que permite aos indivíduos se relacionarem dentro de uma mesma linguagem de mundo.

Ocorre que durante muitos séculos, um relativo isolamento entre os povos teve como resultado o surgimento de muitas etnias diferentes ao redor do mundo. Vamos desenvolver o conceito de ETNIA.

Segundo o dicionário HOUAISS:

Etnia. ANTROPOL coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, refletida principalmente na língua, religião e maneiras de agir; grupo étnico [Para alguns autores, a *etnia* pressupõe uma base biológica, podendo ser definida por uma raça, uma cultura ou ambas; o termo é evitado por parte da antropologia atual, por não haver recebido conceituação precisa].

Na história da Antropologia, desde final do século XIX teve início um movimento de recusa às teorias evolucionistas, que relacionavam a base biológica das

populações humanas com a cultura.

Quais eram os pressupostos do EVOLUCIONISMO SOCIAL?

Parte da idéia de que haveria uma "escala evolutiva" entre os povos. De acordo com esse pensamento, poderíamos encontrar povos/culturas "mais evoluídos" e outros "menos evoluídos". O resultado óbvio foi o sentimento de superioridade de algumas culturas sobre outras, que justificou decisões políticas como invasões, extermínios e a prática da discriminação e do racismo. Esse pensamento partia do pressuposto que a cultura é determinada pela herança genética de uma população.

Ao recusar essas teorias, a antropologia substituiu o conceito de RAÇA (de base extremamente biologizante) pelo de ETNIA.

Atualmente é consenso na antropologia, que a cultura não é determinada pelo padrão de herança genética de uma população.

O conceito de "raça" mostra-se impreciso uma vez que tenta determinar divisões em uma espécie que é única: o ser humano. Raça é uma construção social, e não uma realidade biológica.

O conceito de etnia, contrariamente ao de raça, dá ênfase aos aspectos da herança cultural de um povo como forma de caracterizar a diferença de comportamento entre as várias populações humanas.

Sempre que o assunto envolve questões de conflito de interesses entre populações, e este conflito revela questões culturais de qualquer abrangência, trata-se de questões étnico-raciais.

Esses conflitos podem se revelar com diferentes graus de expressão e intolerância. Um povo pode expressar seu preconceito, racismo ou ódio, tanto por questões bastante específicas como a religião do outro, ou os hábitos de vestuário / alimentação / higiene desse mesmo outro, ou ainda através de repúdio total ao outro.

Entretanto não existe intolerância mais aceitável ou menos aceitável, simplesmente pelo fato dela abranger apenas um aspecto da cultura alheia, ou por ter se tornado tão profunda que apenas se resolve com o extermínio desse outro.

É necessário perceber que a intolerância em qualquer dos casos é desnecessária, condenável e pouco efetiva no sentido de resolver conflitos de interesses entre dois ou mais povos.

Um povo pode e deve saber valorizar suas próprias características sem que seja necessário diminuir, discriminar ou repudiar os que são diferentes.

Percebemos que há um uso político dessas intolerâncias, e que serve como justificativa para ações que atinjam moral, física e socialmente muitos povos para que não consigam reagir a situações de submissão. Portanto, há uma questão de poder que envolve as disputas em torno do conceito de raça.

É um conceito social, muito mais que científico.

Sabemos historicamente a dimensão destrutiva dos discursos sobre uma pretensa "pureza racial" e sabemos das imensas possibilidades de construir relações étnico-raciais mais democráticas e igualitárias.

Concluindo esse conteúdo, vamos ler um trecho do texto de FRANZ BOAS, indicado na bibliografia complementar desse tópico, nas páginas 85 e 86:

"Não importa quão fraco o argumento em favor da pureza racial possa

ser, nós compreendemos seu apelo social em nossa sociedade. Embora as razões biológicas aduzidas possam não ser relevantes, a estratificação da sociedade em grupos sociais de caráter racial irá sempre levar à discriminação de raça. Tal como em todos os outros agrupamentos humanos bem marcados, o indivíduo não é julgado como um indivíduo, mas como membro de sua classe. Podemos ter uma razoável certeza de que, onde quer que os membros de diferentes raças formem um único grupo social com laços fortes, os preconceitos e antagonismos raciais irão perder sua importância. Eles podem mesmo vir a desaparecer inteiramente. Enquanto insistirmos numa estratificação segundo camadas raciais, devemos pagar um preço alto na forma de luta inter-racial será melhor para nós continuar como estamos, ou devemos tentar reconhecer as condições que levam aos antagonismos fundamentais que nos atormentam?"

MÓDULO 5 – item 5.1

Conteúdo para a NP-2 (2º bimestre)

Item 5.1 - Relações étnico-culturais: questões sociais; preconceito e direitos.

Bibliografia básica:

Relações étnico-culturais. "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana." Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. MEC, Brasília: 2004. Texto disponível eletronicamente no endereço, http://www.espacoacademico.com.br/040/40pc_diretriz.htm

Textos complementares:

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia, SP: Brasiliense. 1995. Especialmente os capítulos de 1 a 5 da Primeira Parte, "Marcos para uma história do pensamento antropológico", nas páginas 37-94.

- Sobre a formação étnico-racial e a cultura nacional:

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Complexo de Zé Carioca - Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_03.htm

Este item aprofunda os temas relacionados à diversidade cultural e as relações entre grupos com culturas diferentes, como acontecem atualmente.

O objetivo é analisar o preconceito como uma forma de desrespeito aos direitos dos povos e suas culturas.

A diversidade étnica e o contato cultural

O contato entre diferentes culturas sempre existiu, considerando a história da

humanidade.

Entretanto, devido a condições históricas, esse contato não promoveu qualquer tipo de preocupação política ou intelectual até o momento conhecido como "Grandes Navegações", a partir de 1492 quando a Europa passou a navegar por todo o globo. Não existe um único motivo, mas uma série de razões relacionadas a isto.

Do ponto de vista das práticas dos navegantes e governos europeus, os interesses relacionados à conquista de territórios coloniais, ou ainda estabelecimento de comércio com povos extra-europeus, foram elementos responsáveis pela crescente aproximação de culturas.

Da perspectiva científica, as Navegações fizeram parte do ambiente intelectual que deu surgimento às ciências da sociedade dois séculos mais tarde – as Grandes Navegações ocorrem no século XVI e o surgimento de uma filosofia social no século XVIII, com a publicação dos primeiros trabalhos científicos no século XIX. Ou seja, o ser humano se torna objeto de investigação científica como um dos resultados da empreitada colonialista da Europa, pois antes disso as explicações religiosas sobre as diferentes sociedades, bastavam a todos. Por isso, antes do evento colonialista, as diferenças culturais eram tomadas como algo "natural", ou fruto da vontade divina, não sendo pensadas como algo sobre o qual fosse preciso refletir e explicar.

Portanto, até o século XIX os europeus consideravam muito natural dominar e submeter outros povos. Sempre havia sido assim na história até então. As guerras e conquistas, que colocavam o vencedor como aquele que estabelece as regras do "jogo" e por ser "mais forte" podia utilizar qualquer recurso para manter o poder. A escravidão, o extermínio de inimigos que oferecessem "resistência" para ser conquistado, a imposição de leis que colocam um povo vencido em condições desfavoráveis perante o conquistador, tudo era praticado sem que qualquer instituição, mesmo a Igreja, questionasse os métodos e consequências desumanas desse sistema.

Evolucionismo social e poder:

No século XIX, apesar da conquista de direitos pelos cidadãos europeus e norte-americanos, que viviam em democracias recém-criadas, os Estados nacionais, os povos de países onde o capitalismo não produzira a mesma riqueza permaneciam à margem desse processo.

O "evolucionismo social", ou "darwinismo social" dominava as explicações científicas sobre a diversidade cultural.

Para os europeus, a população européia era "mais evoluída" culturalmente, por isso dominava grande parte do mundo. As populações nativas da América (povos pré-colombianos), África e Austrália eram os "povos primitivos", e em uma escala intermediária, chamados de "povos bárbaros", estariam as civilizações do Oriente Médio, Índia, China e povos orientais em geral.

O fato de apenas os povos europeus até aquele momento, e uma das ex-colônias (Estados Unidos da América) terem desenvolvido o pensamento científico, era o fundamento que sustentava todo esse esquema que colocava a diversidade cultural dentro de uma escala classificatória que identificava cada povo como representante de um "momento evolutivo" diferente.

Esse pensamento deu margem para que a sociedade européia primeiro, e depois sua extensão americana se sentisse a vontade para julgar, por exemplo, os povos indígenas do Brasil como "preguiçosos", ou outros povos como

“atrasados” em sua mentalidade geral.

Quanto mais afastado do modo de vida europeu, e do tipo de suas instituições organizadoras da vida social (o tipo de Estado, exército, família e parentesco, escolas, sistema de leis, etc.) mais primitivos eram considerados.

Assim, a teoria do evolucionismo social foi criada e reproduzida pelo mesmo povo que detinha o poder dominador sobre os outros, e esse domínio econômico e militar passou a contar com uma justificativa científica, que afirmava sua superioridade cultural e histórica. A esse tipo de prática chamamos “eurocentrismo”, pois naquela época o poder influenciou a produção de conhecimento, sendo muito “cômodo” criar uma teoria onde seu próprio povo era considerado centro do mundo, de qualquer perspectiva que se abordasse a questão.

A mudança histórica – relativismo cultural e direito dos povos

É a partir das primeiras décadas do século XX que esse cenário de submissão cultural começa a se modificar.

Na antropologia cresce a produção de conhecimento que demonstrava os erros do evolucionismo social e de qualquer pensamento que classificasse os povos como “atrasados” ou “evoluídos”. Franz BOAS nos Estados Unidos, e LÉVI-STRAUSS na França são importantes autores que representam essa mudança. Em suas obras, eles demonstram que não existe base científica para aceitar que exista um único modelo de “avanço” cultural e que todos os povos devam segui-lo.

A antropologia começa a defender que cada cultura segue seus próprios caminhos de transformação, considerando os eventos históricos que marcam seu povo. A cultura não deve ser encarada apenas como uma questão de avanço técnico, e sim como um sistema que permite aos indivíduos de um grupo se relacionar com o mundo.

A busca de “progresso” é algo típico das sociedades do capitalismo-industrial, e não existe superioridade racial/étnica que possa ser defendida sob nenhuma base científica.

Os europeus foram dominantes desde as Grandes Navegações até a II Guerra Mundial. Agora são os norte-americanos. Antes disso tudo, houveram grandes impérios mantidos por povos do Mediterrâneo (romanos, macedônios, egípcios), ou ainda por povos do Oriente Próximo (turcos, otomanos, árabes) e também por orientais (chineses e japoneses). Grandes civilizações se desenvolveram na Índia e no norte da África muito antes dos europeus. Portanto não há nada na genética ou na geografia de qualquer povo que possa ser apontado como fator explicativo da cultura. Já vimos isso anteriormente nos itens que abordaram o “determinismo biológico” e o “determinismo geográfico”, lembra?

O que as ciências da sociedade demonstram, é que o preconceito contra um povo, seja por suas características genéticas ou de comportamento, são resultantes de SITUAÇÕES DE PODER. Aqueles povos submetidos a um poder de fora, acabam sofrendo discriminações e violências de todo tipo.

É a partir do final da II Grande Guerra, com a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS em

1948, que tem início uma mudança não apenas dentro das ciências, mas na sociedade como um todo.

Leia a um trecho da Declaração abaixo:

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos

como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II.

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III.

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV.

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V.

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

(Documento publicado pelas Nações Unidas no Brasil, trecho extraído em original completo disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php, acessado em 04/3/2011, 16:00)

Entre 1954 e 1980, alguns setores da sociedade que sofriam muito com o preconceito étnico ou outras formas de discriminação, começam a se manifestar publicamente para denunciar as injustiças sofridas contra as quais o restante da sociedade se omitia, apesar de nem todos apoiarem.

O mais conhecido desses movimentos foi o movimento negro anti-

segregacionista norte-americano, cujo líder Martin Luther KING marca a história do século XX. Esse movimento rapidamente contou com o apoio de parcelas da população, que apesar de brancos, eram progressistas e estavam unidos pelo reconhecimento dos direitos.

Essas manifestações ocorreram em muitos países, e foram incentivadas por diferentes questões étnicas como na Irlanda, entre a população católica e os protestantes, ou na África do Sul, contra o regime de *apartheid*.

Em conjunto, essas manifestações ficaram conhecidas como o movimento internacional pelos direitos civis, pois juntamente com as questões de discriminação étnica, vieram outras como os direitos femininos, religiosos, de gênero (como por exemplo, dos homossexuais), de minorias políticas e assim por diante.

Eles trouxeram à tona um grande debate social em torno de racismo, preconceito, discriminação e direitos, e são responsáveis por criar o termo "ação afirmativa", que ainda aparece também com sinônimos como "discriminação positiva" ou "ação positiva".

São ações políticas que pretendem retirar os registros negativos que a sociedade cria em torno de uma etnia ou grupo social. Esses registros são as formas preconceituosas que são reproduzidas e "ensinam" as pessoas como tratar discriminatoriamente alguns grupos. As pessoas atingidas negativamente se vêem excluídas de conceitos positivos como de beleza, heroísmo, sucesso, valor moral, entre outros. Ou seja, eles são excluídos como modelos de personagens bons e belos na televisão ou cinema, como modelos de publicidade, como heróis em livros didáticos ou de literatura popular, como referências de sucesso em grandes empresas e assim por diante.

Portanto, as ações afirmativas têm como objetivo modificar a mentalidade geral através de atitudes que invertam as representações negativas que predominam sobre uma etnia ou grupo social específico por sua cultura ou comportamento.

Abaixo, um trecho do documento "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana", publicado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. MEC, Brasília: 2004 e que pode ser encontrado na íntegra no endereço

eletrônico: http://www.espacoacademico.com.br/040/40pc_diretriz.htm

Esse trecho traz importantes conceitos e revela uma importante questão das relações étnico-raciais no Brasil atualmente.

Questões introdutórias

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à ***divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos -***

para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização, de Ações Afirmativas

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados.

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

A demanda da comunidade afro-brasileira por *reconhecimento*, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais

e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual.

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, freqüentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001.

Exercício 1:

Verifique as afirmações abaixo:

- I) Assim dizemos que para haver relativismo ou etnocentrismo deve-se supor a presença da DIFERENÇA. A presença de um “outro” em relação ao que se reconhecemos como “nós”.
- II) Em um mundo globalizado, onde o contato entre as diferentes culturas e povos é cada vez mais intenso e necessário, existe uma preocupação geral e a tendência a considerar reprováveis as atitudes que resultem em discriminação, preconceito, exclusão ou práticas moralmente/fisicamente agressivas.
- III) A garantia dos direitos humanos e as lutas pelo tratamento igualitário entre os povos têm trazido à tona importantes discussões sobre as relações étnico-culturais.

Assinale a alternativa correta:

- A - As três afirmações estão corretas
- B - Apenas as afirmações I e II estão corretas
- C - Apenas as afirmações II e III estão corretas
- D - As três afirmações estão incorretas
- E - Apenas as afirmações I e III estão corretas

Comentários:

Essa disciplina não é ED ou você não o fez comentários

Exercício 2:

No século XIX, apesar da conquista de direitos pelos cidadãos europeus e norte-americanos, que viviam em democracias recém-criadas, os Estados nacionais, os povos de países onde o capitalismo não produzira a mesma riqueza permaneciam à margem desse processo.

O _____ dominava as explicações científicas sobre a diversidade cultural.

Complete corretamente a lacuna:

- A - Darwinismo social
- B - Determinismo biológico

- C - Determinismo geográfico
- D - Criacionismo
- E - Parlamento

Comentários:

Essa disciplina não é ED ou você não o fez comentários

Exercício 3:

...é a partir do final da II Grande Guerra, com a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS em 1948, que tem início uma mudança não apenas dentro das ciências, mas na sociedade como um todo....”.

Podemos tomar como correto:

- A - O artigo I da Artigo I da Declaração dos Direitos Universais :Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- B - O artigo II : Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- C - O artigo I : Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
- D - O artigo III : Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante
- E - Nenhuma das afirmações acima está correta

Comentários:

Essa disciplina não é ED ou você não o fez comentários